



# PREFEITURA MUNICIPAL DE **BARRINHA**

ADMINISTRAÇÃO - 2021/2024

**GOVERNANDO com TODOS e para TODOS!**

Ofício Gabinete nº. 117/2021

Barrinha-SP., 21 / 05 / 2021

EXMO. SR. LINCOLN PETRUS DE CASTRO  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRINHA

Assunto: Encaminhamento de Veto ao Autógrafo do Projeto de Lei 39/2021 de autoria da Vereadora Aline Cristina de Souza Ubida que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de crachá de identificação nas repartições públicas dos órgãos públicos municipais.

Cuida-se de Autógrafo de Projeto de Lei 39/2021, onde é criada a obrigatoriedade de identificação dos servidores públicos municipais através de crachá.

Em que pese a intenção ter sido louvável, é necessário o veto ao autógrafo de projeto de lei, por flagrante inconstitucionalidade.

Assim sendo, encaminho à V.Exa., a mensagem de veto que segue anexa, informando que foi vetado totalmente para todos os fins de direito.

Reitero protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente.

JOSÉ MARCOS MARTINS  
Prefeito Municipal de Barrinha-SP

**PROTOCOLO**  
Barrinha 25 / 05 / 21  
Assinatura:   
Pamela Marques S. Barrosc  
Ass. Legislativa



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
BARRINHA**

ADMINISTRAÇÃO - 2021/2024

**GOVERNANDO com TODOS e para TODOS!**

## Mensagem de Veto

Projeto de Lei nº 39/2021

Sr. Presidente, o Prefeito Municipal deste Município de Barrinha, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme artigo 20 da Lei Orgânica do Município, decide vetar integralmente a Proposição de Lei nº. 039/2021 a qual “dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de crachá de identificação nas repartições públicas dos órgãos públicos municipais”, de iniciativa do Poder Legislativo, conforme explicitado nas razões que se seguem.

### RAZÕES DO VETO

Em que pese seu meritório propósito, a medida não reúne condições de ser convertida em lei, impondo-se seu veto total, nos termos das considerações a seguir exposta;

O projeto aprovado pela Casa Legislativa deste município estabelece obrigatoriedade da implantação de crachá de identificação dos servidores públicos municipais no exercício da sua atividade.

Em primeira análise, o projeto de lei cria obrigação no exercício da função pública á servidor público, matéria esta discricionária, afeta aos chefes dos poderes, que devem fazê-lo mediante Decreto.

Segundo, porque o artigo 67 da Lei Orgânica Municipal prevê que é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo Municipal o projeto de lei em matéria orçamentária (IV), não existindo previsão orçamentária para o gasto de implantação desta obrigatoriedade, mesmo porque todos os esforços financeiros do Município estão voltados para o combate aso COVID 19, não sendo este o momento para gastos deste teor.

Finalmente, apesar do evidente e notório impacto que a implantação da lei municipal traria ao Município, não foi produzido nenhum relatório de impacto econômico financeiro, necessário á comprovar a origem dos custos para cumprimento da ordem legal.

Outrossim, cumpre observar que o Poder Legislativo não pode criar despesas para o Poder Executivo, sem a indicação da correspondente fonte de custeio;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE **BARRINHA**

ADMINISTRAÇÃO - 2021/2024

**GOVERNANDO com TODOS e para TODOS!**

Ainda a Lei Complementar nº 101/2000 de 04 de maio de 2000, que instituiu a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 16 estabelece que: "A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de":

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Assim, tendo em vista das despesas que demandariam a implantação da obrigação legal contida no referido Projeto de Lei nº 39/2021, as quais não foram objeto de estudo de impacto econômico financeiro, e teriam duração permanente, tem-se que a referida lei não pode ser sancionada, pela flagrante inconstitucionalidade apontada.

JOSÉ MARCOS MARTINS  
PREFEITO MUNICIPAL DE BARRINHA